

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Defesas do Réu no Módulo **Processual Cognitivo (parte 2)** (Procedimento Ordinário)

Professor Rafael Menezes
Agosto/2013

RECONVENÇÃO

Previsão Legal

O réu pode reconvir ao autor, no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. (art. 315, CPC)

Ampliação do objeto litigioso

Distribuição por Dependência

Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza:

I – quando se relacionarem por conexão ou continência, com outra já ajuizada

Economia Processual

Contexto

A reconvenção é um instituto que em si mesmo constitui repúdio à perniciosa ideia do processo civil do autor, que é a postura metodológica consistente em direcionar todo o processo e realizar todos os seus atos com vista à satisfação deste – como se o autor tivesse sempre razão e suas razões de pressa ou urgência fossem sempre mais dignas que as do réu.

Cândido Rangel Dinamarco

Contexto

Verdadeiro contra-ataque do réu ao autor, propondo dentro do mesmo processo uma ação diferente e em sentido contrário àquela inicialmente deduzida em juízo (...) O réu (reconvinte) busca, mais que se defender, uma condenação do autor (reconvido)

Humberto Theodoro Junior

Características

Alargamento do objeto do processo
Inclusão de nova pretensão

Autor-reconvinte e Réu-reconvindo
O réu superveniente (intervenção de terceiros)
também pode reconvir (Luiz Fux)

Autonomia entre Contestação e Reconvenção
A desistência ou extinção de uma delas não
implica na extinção da outra.

Ambas podem ser julgadas procedentes ou
improcedentes

Pressupostos Específicos

a) CONEXÃO COM A AÇÃO PRINCIPAL OU COM O FUNDAMENTO DA DEFESA.

Conexão com o pedido

Reconvinte: separação judicial fundada em
conduta desonrosa

Reconvindo: separação judicial fundada em violação
do dever conjugal de fidelidade

Conexão com a causa de pedir

Reconvinte: devolução de um bem em razão do
inadimplemento

Reconvindo: condenação nas despesas que efetuou
com a manutenção do bem

Pressupostos Específicos

Conexão com o fundamento da defesa

Autor: cumprimento de obrigação inadimplida

Réu: contesta alegando nulidade e reconvém
pleiteando perdas e danos em razão do
contrato não realizado.

Ação de Cobrança – Compensação (contestação) –
Pagamento do excesso (reconvenção)

**Conceito de conexão do art. 315 é mais amplo que
o conceito previsto no art. 103 do CPC**

Pressupostos Específicos

b) COMPETÊNCIA

O juiz deve ser competente para conhecer, processar e julgar ação principal e reconvenção

Competência Relativa (prorrogação – art. 109, CPC)

Se a competência absoluta da ação principal for diferente da competência absoluta para a reconvenção, será proibido o ingresso da ação reconvenicional devendo a parte ingressar com a ação autônoma perante o juízo absolutamente competente (Dinamarco)

Pressupostos Específicos

c) PROCEDIMENTO IDÊNTICO

Ambas no procedimento ordinário

Ação Principal no rito ordinário e Reconvenção no procedimento especial

Manifestação expressa do réu-reconvinte no sentido de aceitar que a reconvenção siga o rito ordinário da ação principal

Ambas no mesmo procedimento especial

É possível haver reconvenção, menos nas ações de natureza dúplice

Ex de ações dúplices: ações possessórias; contas;
ação renovatória de aluguel

Pressupostos Específicos

Procedimentos Especiais Distintos

Vedada a reconvenção

c1) Não cabe reconvenção no procedimento sumário (art. 278, CPC) nem no procedimento dos Juizados Especiais (art. 31 da Lei 9.099/95)

c2) Nas ações de procedimento especial, na quais, após a fase inicial, deva-se seguir o rito ordinário, é possível haver reconvenção

Ex.: Ação de Depósito (art. 903, CPC)

**c3) STJ: Consignação em Pagamento
Alimentos e Exoneração
Despejo; Monitória (Súmula 292/STJ)**

d) IDENTIDADE DE PARTES

É possível haver ampliação dos sujeitos processuais através da reconvenção?

Humberto Theodoro/Barbosa Moreira = NÃO

Leonardo Greco/Fux = SIM

Pressupostos Específicos

Prevalece o entendimento de que o litisconsórcio pode ser reduzido, se for facultativo, mas não ampliado

Questionável posicionamento

Pressupostos Específicos

d) IDENTIDADE DE PARTES

Devem as partes (reconvinte e reconvido) atuarem na mesma qualidade jurídica que ostentam na ação principal

Se atuavam como substitutos processuais na ação principal, devem ostentar a mesma qualidade na reconvenção.

Identidade Subjetiva de Direito (Calmon de Passos)

O curador não pode reconvir

Procedimento

- a) **Prazo: 15 dias**
Aplicação dos arts. 188, 191 e 326 do CPC
- b) **Simultânea à apresentação da contestação**
Pode haver reconvenção sem contestação!
Conexão com a ação (não com a defesa)
Revelia permanece?
- c) **Petição escrita e juntada aos autos principais**
Petição deve respeitar, no que couber, os
requisitos previstos para a exordial
Art. 109, CPC

Procedimento

d) Intimação do autor na pessoa de seu advogado para responder à reconvenção

Aplicação dos Princípios da Eventualidade e da Impugnação Específica.

Aplicação dos arts. 188 e 191, do CPC (STJ)

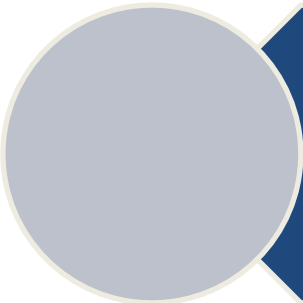
Efeitos materiais da citação

e) Resolvidas na mesma sentença, em capítulos diversos, sob pena de nulidade (art. 318, CPC)

Pode haver reconvenção da reconvenção



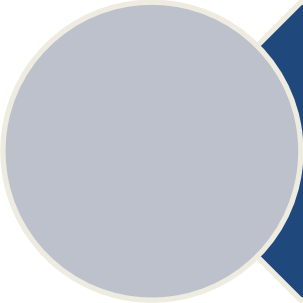
Não é cabível reconvenção
nos JEC nem no rito sumário



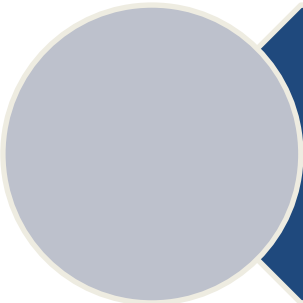
Cabível em Ação Rescisória,
se houver pedido de
rescisão do mesmo julgado



Súmula 258/STF



Não é cabível em
execução



Não é cabível em
jurisdição voluntária



Súmula 258/STF

Ação Declaratória Incidental

Previsão Legal

Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença (art. 5º, CPC)

- Não há alteração do objeto do processo, mas tão somente do alcance dos efeitos da coisa julgada. (Art. 469, III c/c 470, CPC)

Hipótese estudada quando do tópico suspensão do processo.

Pressupostos Específicos

- a) Pedido controverso pendente e prejudicial**
- b) Mesma competência ou competência relativa**
- c) Mesmas partes**
- d) Prazo:** no prazo da contestação, para o réu em 10 dias, para o autor
- e) Intimação para resposta em 15 (quinze) dias**

	Ação Declaratória Incidental	Reconvenção
Autonomia	NÃO	SIM
Objetivo	Ampliar o alcance da coisa julgada	Ampliar o objeto de cognição
Legitimidade Ativa	Autor ou Réu	Réu
Contestação	Indispensável	Dispensável
Amplitude	Declaratória	Mais ampla

Reconhecimento Juridico do Pedido

Características

- a) **Alcança o fato e suas consequências jurídicas articuladas pelo autor**
- b) **Pode ser parcial**
- c) **Litisconsórcio: autação independente (350)**
- d) **Somente nos casos em que se admite transação e procuração específica.**
- e) **Depende de homologação judicial**

Impugnação ao Valor da Causa

Características

- a) **Repercussão do valor da causa**
Sucumbência, Lealdade Processual,
Custas
- b) **Prazo de 15 dias**
- c) **Autos apartados e não gera a suspensão**
Pode ser em preliminar de contestação
Nas hipóteses ex officio
- d) **Oitiva do autor em 5 dias e decisão em 10 dias**
- e) **O vencido no incidente pagará custas, mas não será condenado em honorários**

Intervenção de Terceiros

Nomeação à Autoria

- Detenção em nome alheio
- Indenização: danos por ordem

Denúnciação da Lide

- Alargamento do pólo passivo
- Evitar ação regressiva

Chamamento ao Processo

- Composição da qualidade de réu

Limitação ao Litisconsórcio Multitudinário

Características

- a) Comprometimento da rápida solução do processo ou comprometer o exercício da defesa (art. 46, CPC)**
- b) O pedido interrompe o prazo para apresentação da resposta.**
- c) Pedido deve ser anterior à apresentação da contestação.**
- d) Pode fazer reduzir o valor da causa.**

Impugnação ao Benefício da Justiça Gratuita

Características

- a) Autos apartados e não gera a suspensão do processo**
- b) Lei 1.060/50**
- c) Cabe apelação da decisão que decide a impugnação**
- d) Pessoas jurídicas podem ser beneficiadas da concessão da justiça gratuita**

OBSERVAÇÕES

1

**Pedido
Contraposto**

2

Reconvenção

3

**Possível
ampliação
subjéitiva na
reconvenção**

4

**Art. 942 e 943
do Código de
Processo Civil**

5

**Reconvenção
em Ação
Rescisória**

6

**Reconvenção
deve conter
outro pedido
de rescisão**

REFERÊNCIAS

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito Processual Civil. Vol. 1. Ed. RT: São Paulo, 2010.*

AMENDOEIRA Jr., Sidnei. *Manual de Direito Processual Civil. Vol. 1, Saraiva: São Paulo, 2013.*

DIDIER, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1, 12ª. Ed. JusPodivm: Salvador, 2010.*

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O Novo processo civil brasileiro, 29ª ed. Editora Gen, Rio de Janeiro, 2013.*

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil. 5ª ed. Editora Gen, São Paulo, 2013.*

PINHO, Humberto Dalla Bernardino de. *Direito Processual Civil Contemporâneo. Vol 1, Saraiva: São Paulo, 2013.*

REFERÊNCIAS

THEODORO Jr., Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1. 54ª ed., Editora Forense: São Paulo, 2013.*

TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Direito Processual Civil. Editora RT: São Paulo, 2012.*